

ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ALBERTO NETO-QUELUZ
PROJECTO EDUCATIVO
2008 - 2010
(31 de Outubro de 2008)

Proporcionar uma oferta educativa de qualidade, exigência e responsabilidade, visando o desenvolvimento global e harmonioso do aluno, em colaboração com a família e articulação com a comunidade local.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade do ensino e a capacidade de responder às situações problemáticas de aprendizagem passa pela mobilização dos recursos internos e locais na procura de soluções que se ajustem aos contextos reais. Por isso, o Projecto Educativo (PE) deve constituir-se como um compromisso que vincula todos os membros da comunidade educativa nos objectivos comuns, definido como resultado de um consenso a que se chega depois de uma análise contextualizada de necessidades e de expectativas.

O PE da Escola Secundária/3 Padre Alberto Neto - Queluz constitui uma referência para a organização estratégica, proporcionando um enquadramento e um sentido para as práticas da comunidade educativa. As linhas de acção apresentadas visam permitir a operacionalização das medidas para a responsabilização progressiva de todos os intervenientes na concretização de estratégias de melhoria, explicitadas no Plano Anual de Actividades.

As mudanças profundas introduzidas no sistema educativo no que respeita ao seu enquadramento legal – como sejam o novo modelo de gestão (DL 75/2008 de 22 de Abril) e a avaliação de desempenho dos professores (DL 2/2008 de 10 de Janeiro) – e, em particular, a implementação do projecto de intervenção estrutural programado para o espaço físico da escola, impõem fortes constrangimentos ao presente PE. O horizonte temporal a que se reporta dirá respeito, por conseguinte, não a um ciclo educativo normal (4 anos), mas a um período mais curto, devendo como tal ser revisto e ajustado, tendo em conta a evolução dos factores conjunturais.

Este trabalho partiu, no primeiro período do ano lectivo anterior, da análise das finalidades e objectivos do PE ainda em vigor, considerando-se também os dados disponíveis de auto-avaliação sobre as taxas de insucesso e de abandono escolar, bem como as contribuições dos diferentes Departamentos, Grupos disciplinares e membros da comunidade. Numa fase posterior, foi usado também o relatório apresentado pelo Conselho Executivo (CE) à Inspeção Geral de Ensino (IGE), bem como o relatório da IGE sobre a avaliação externa a que a Escola foi submetida em Janeiro de 2008. Estes processos de avaliação institucional abarcaram os contextos económico, social e cultural da Escola, os recursos disponíveis, as estratégias desenvolvidas e os resultados conseguidos. Parece, pois, conveniente que, articuladamente com a avaliação externa, os processos de avaliação interna da escola proporcionem, no futuro imediato e em tempo útil, informação descritiva acerca do valor e do mérito dos objectivos, do plano de acção e do impacto provocado pela tomada de decisões na resolução dos problemas da Escola.

Até ao momento, não foram definidos pelo Ministério da Educação (ME) os referenciais comuns para a auto-avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, entendendo-se que as diferentes escolas que já fazem avaliação interna seguem modelos e práticas muito diferenciados, para além de que existem outras em que o desenvolvimento de processos internos para incentivar a auto-avaliação está ainda numa fase muito incipiente.

Por essa razão, para este trabalho, tomou-se como base o quadro de referência da avaliação externa da IGE e dos seus cinco domínios chave, (a) resultados, (b) prestação do serviço educativo, (c) organização e gestão escolar, (d) liderança e (e) capacidade de auto-regulação e melhoria da escola.

2. A ESCOLA QUE QUEREMOS

A organização escolar deve assegurar o sucesso educativo, promovendo uma cultura de **qualidade, exigência, responsabilidade e auto-regulação**.

2.1 Qualidade

É difícil definir qualidade com objectividade, pois é um conceito que se inscreve num determinado contexto sociocultural e reflecte um determinado posicionamento político e ideológico.

Embora existam diferentes modos de avaliar interna e externamente a qualidade das escolas, a legislação em vigor (Lei 31/2002, de 20 de Dezembro), em face da investigação educacional nesta área, pôs em evidência alguns campos de análise. Estes abrangem (a) o contexto social e cultural da escola, (b) o grau de concretização das metas e prioridades do projecto educativo, (c) o desempenho dos órgãos de gestão administrativa e orientação pedagógica da escola, (d) o modo como se prepara e concretiza a educação, o ensino e as aprendizagens dos alunos, (e) o nível de execução das actividades geradoras de climas e ambientes educativos favoráveis ao desenvolvimento da personalidade dos alunos, (f) a ligação à comunidade e a prática de uma cultura de colaboração entre os membros da comunidade educativa e (g) os resultados.

2.2 Exigência

Pode definir-se a melhoria da escola como um processo de desenvolvimento continuado das aprendizagens dos alunos e de desenvolvimento profissional dos docentes e do pessoal não docente, em sintonia com as necessidades e expectativas inscritas num determinado contexto. Este processo implica toda a comunidade educativa e é orientado pela reflexão sobre a sua prática.

Para melhorar a prestação do serviço educativo, o ensino e a aprendizagem e otimizar os recursos disponíveis é necessário conhecer o ponto de partida, para ser possível, nos momentos apropriados, criar termos de referência para maiores níveis de exigência relativamente aos diferentes campos de análise. Desde que se consiga um equilíbrio, podem desenvolver-se melhores práticas organizativas e pedagógicas, através do confronto entre uma lógica de melhoria, de carácter formativo, e uma lógica de prestação de contas pelos resultados obtidos, que obriga à eficácia.

2.3 Responsabilidade

A escola é uma instituição que promove valores inerentes a uma sociedade democrática, e, como tal, tem uma responsabilidade social. A escola é também uma organização que se rege pelas linhas de orientação estabelecidas pela administração educativa central, mas que, pelo facto de se inserir num contexto sociocultural específico, formula objectivos próprios, visando encontrar as soluções mais adequadas à resolução dos problemas da comunidade educativa.

Para além dos professores, dos funcionários e dos alunos, deverá ser fomentada a participação e responsabilização dos pais e dos encarregados de educação na procura de soluções adequadas para os problemas da comunidade educativa. Auscultar outros representantes da comunidade, recolhendo a sua opinião, dando a conhecer os resultados e suscitando a apresentação de sugestões, pode ajudar a

desenvolver o mérito e o reconhecimento do valor da instituição escolar para a sociedade local.

2.4 Auto-regulação

A instituição escolar deve aperfeiçoar-se do ponto de vista organizativo e pedagógico, desenvolvendo práticas regulares de auto-avaliação.

Como processo formalizado e intencional, a auto-avaliação deve desencadear um processo sistemático de diagnóstico que permita ciclicamente saber em que medida foram alcançados os objectivos e metas do projecto educativo e conhecer em que aspectos as expectativas foram ultrapassadas ou os resultados ficaram aquém do previsto.

O carácter único de cada organização escolar exige a participação dos professores e de outros profissionais, dos pais e dos alunos na definição e avaliação do seu projecto educativo. As metas devem ser entendidas e partilhadas pelos diferentes membros da comunidade escolar, empenhando-se os principais intervenientes nas actividades de melhoria e de auto-avaliação. Deve haver, por isso, uma definição e comunicação clara de políticas e orientações internas.

3. FINALIDADES DO PROJECTO EDUCATIVO

3.1. Favorecer o desenvolvimento global e harmonioso do aluno, nas dimensões individual e social, visando o exercício efectivo da cidadania.

3.2. Consolidar e aprofundar o domínio de competências e saberes, numa perspectiva de educação para a vida.

3.3. Promover a plena integração do aluno na comunidade educativa, tendo em vista a melhoria do sucesso e a diminuição do abandono escolares.

3.4. Criar mecanismos de inclusão, quer para os alunos com necessidades educativas especiais, quer para os oriundos de outros países.

3.5. Participar, em colaboração com as famílias, na identificação de interesses e alternativas escolares e profissionais.

3.6. Articular a oferta de Escola com as características do meio, as solicitações da comunidade e as exigências de um mundo em mudança.

3.7. Criar condições, de acordo com as necessidades organizacionais da Escola, ao desenvolvimento profissional, contínuo e integrado, de todos os responsáveis educativos.

3.8. Promover uma cultura de avaliação sistemática, tendo em vista a auto-regulação.

4. METAS E PRIORIDADES DO PROJECTO EDUCATIVO

Constituem metas fundamentais da escola a diminuição do insucesso e o aumento da qualidade das aprendizagens, tendo a escola responsabilidade nos resultados escolares dos alunos, expressos quer através das taxas de transição por ano de escolaridade, quer através das taxas de sucesso por ano/disciplina.

Contudo, existem múltiplos factores que condicionam os resultados escolares, nomeadamente os relacionados com o contexto socioeducativo dos alunos que, a cada ano, se inscrevem na nossa escola. Não seleccionando as entradas (*input*), é necessário tempo para, em face dos recursos disponíveis, planear, executar e avaliar as estratégias de melhoria de uma determinada realidade. Como se infere facilmente, só uma cultura de permanente avaliação dos processos internos pode fazer adequar as acções às necessidades e expectativas. Pelo facto de os processos de auto-regulação serem ainda pouco eficazes, como reconheceu a própria IGE na avaliação externa, a escola não está, de momento, em condições de quantificar metas de sucesso, a não ser que o faça arbitrariamente. Acresce também que os serviços centrais do Ministério da Educação (ME) não criaram, ainda, os instrumentos necessários para as escolas aplicarem indicadores de sucesso nem produziram indicadores de valor acrescentado para a quantificação do progresso dos resultados escolares dos alunos.

Em face do exposto, compreende-se que nos faltam referentes internos e referentes externos. Cientes das fragilidades do processo, vamos tomar como ponto de partida as taxas de transição e as taxas de sucesso por disciplina / turma / ano, relativas ao ano lectivo anterior, disponibilizadas pelo Observatório de Qualidade da Escola (OQE), comparando-as, sempre que possível, com as médias nacionais corrigidas, em face do índice socioeconómico da região a que pertencemos (0.93). Deve, contudo, o OQE equacionar outros indicadores que venham a ser disponibilizados pela tutela, a fim de calcular o ponto de partida para a avaliação do progresso dos resultados escolares.

As prioridades a seguir enunciadas foram estabelecidas de acordo com os dados decorrentes da avaliação interna e externa.

4.1 Resultados

- a) Aumento das taxas de transição, sobretudo nos 7º e 10ºanos, e das taxas de sucesso de Língua Portuguesa e Matemática.
- b) Aumento da qualidade do sucesso, reforçando a confiança na avaliação interna e nos resultados obtidos, e incentivando o reconhecimento, pela comunidade educativa, do valor e mérito dos alunos.
- c) Aprofundamento do exercício responsável da cidadania, valorizando o desenvolvimento pessoal, as aprendizagens sociais e prevenindo, ainda, o aumento da indisciplina e do abandono escolar.
- d) Manutenção da eficácia das medidas implementadas pela escola e pelos seus agentes, tendo em vista a prevenção do abandono escolar.

4.2 Prestação do serviço educativo

- a) Aprofundamento do trabalho cooperativo de professores na preparação e reflexão das práticas lectivas e resultados dos alunos, no âmbito do grupo disciplinar.
- b) Criação de condições de integração para os alunos com necessidades educativas especiais, bem como para os alunos com Português, Língua Não Materna.

c) Desenvolvimento, em articulação com as famílias, de estratégias de participação dos alunos em actividades curriculares e extracurriculares.

4.3 Organização e gestão escolar

a) Criação das condições e recursos necessários para:

- o trabalho cooperativo de professores no âmbito dos departamentos e para o desenvolvimento de projectos;
- o desenvolvimento de actividades lectivas diversificadas;
- o desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente, através de um plano sustentado de formação integrado no Plano de Actividades;
- a avaliação do desempenho do pessoal docente e não docente.

b) Diversificação da oferta escolar de acordo com as necessidades da comunidade e os recursos disponíveis.

4.4 Liderança

a) Explicitação e comunicação das políticas internas que estrategicamente sustentam, em termos da vigência do PE, as diferentes vertentes de actuação e de responsabilidade da Escola.

b) Promoção do desenvolvimento organizacional da Escola, no âmbito do novo modelo de gestão, com explicitação das competências e responsabilidades dos diferentes órgãos, bem como das formas de comunicação entre eles.

4.5 Auto-regulação e melhoria

Desenvolvimento de processos sistemáticos de auto-avaliação nos diferentes níveis de gestão pedagógica e administrativa.

5. PLANO DE ACÇÃO

5.1 Contexto

Breve caracterização da ESPAN

A Escola iniciou o ano lectivo 2008/09 com um total de 1984 alunos (85 turmas), dos quais 654 do Ensino Básico diurno, 813 do Ensino Secundário diurno, 85 do Ensino Básico nocturno (EFA), 375 do Ensino Secundário Recorrente nocturno (por módulos) e 57 no Ensino Secundário nocturno (EFA).

A média de idade dos alunos no Ensino Básico é de 12,3, 13,3 e 14,5 anos, nos 7º, 8º e 9º anos, respectivamente. No Ensino Secundário, a média é de 15,6, 16,7 e 17,5 anos, respectivamente nos 10º, 11º e 12º anos. 13,4 % dos alunos são estrangeiros, originários de 22 países diferentes.

No ano lectivo 2008/09, os Serviços da Acção Social Escolar apoiam mais de 400 alunos.

Em Outubro de 2007, 63% dos pais dos alunos tinham o 3º ciclo ou menos, 23,6% o Ensino Secundário e 7,4% um curso superior.

No Ensino Básico, nos últimos três anos lectivos (2005/06, 2006/07 e 2007/08), verificaram-se as seguintes taxas de sucesso: 7º ano-79%, 74%; 85%; 8º ano-81%, 80%, 90%; 9º ano-79%, 76%, 87%.

Em média, os alunos que concluíram o 12º ano em 2007/08 estiveram na Escola 3,3 anos. Concluíram o Ensino Secundário em 3 anos 70% dos alunos.

Dos alunos que concluíram o Ensino Secundário, com formação profissionalizante, em 2006/07, 64% ingressaram no mercado de trabalho, 11% estavam à procura de emprego e 25% ingressaram no Ensino Superior.

Exercem funções na Escola 195 professores, 73 % do sexo feminino, 27 % do sexo masculino, pertencendo 77% ao quadro e sendo 23% contratados.

A Escola dispõe de 13 Assistentes Administrativos e 33 Auxiliares de Acção Educativa.

No âmbito de protocolos com as respectivas Universidades, a Escola recebe este ano 4 professores estagiários, nos grupos disciplinares de Português/Francês e Biologia.

No ano lectivo 2008/09, a Escola encontra-se na fase de lançamento do programa de Modernização das Escolas, do qual resultará a requalificação das suas instalações até ao final do ano lectivo de 2009/10, proporcionando assim condições de trabalho adequadas à comunidade escolar.

Oferta curricular

No ano lectivo 2008/09, a Escola conta com a seguinte oferta formativa:

Ensino Básico Diurno:

- 7º ano (8 turmas), 8º ano (9 turmas), 9º ano (8 turmas), 9º ano CEF (1 turma)

Ensino Secundário Diurno:

- Cursos Científico-Humanísticos: 10º ano (11 turmas), 11º ano (9 turmas), 12º ano (8 turmas);
- Cursos Tecnológicos: 12º ano (2 turmas);
- Cursos Profissionais: 10º ano (3 turmas), 11º ano (3 turmas), 12º ano (1 turma).

Ensino Básico Nocturno:

- Cursos EFA (7 turmas)

Ensino Secundário Nocturno:

ER Módulos Capitalizáveis

- Cursos Científico-Humanísticos: 10º ano (4 turmas), 11º ano (4 turmas), 12º ano (3 turmas);
- Cursos Tecnológicos: 12º ano (1 turma).

Cursos EFA (3 turmas)

(Para mais informação acerca da Caracterização da Escola, consultar o Apêndice II)

Parcerias

A Escola tem uma interacção forte com o meio. O Conselho Geral inclui representantes dos pais e encarregados de educação, do meio sociocultural, empresarial e autárquico. A ESPAN integra a Rede Social local. Em virtude da formação profissional que ministra, a Escola dispõe de uma bolsa de cerca de 50 empresas e instituições com as quais colabora na formação de quadros.

Por outro lado, dada a complementaridade dos serviços prestados pela Escola com os prestados por várias instituições como o Centro de Saúde de Queluz, o Instituto da Segurança Social, o Instituto de Emprego e Segurança Social, a Polícia, o Hospital

Amadora - Sintra, as instituições culturais, as associações de jovens, os escuteiros, a imprensa local, a ESPAN mantém com todas estas entidades um relacionamento activo, visando a prestação de uma serviço público mais eficiente.

Plano Anual de Actividades

As linhas orientadoras previstas neste Projecto Educativo darão lugar ao desenvolvimento do Plano Anual de Actividades, documento que, pela sua natureza operacional, evidenciará a dinâmica da Escola na prossecução das finalidades e metas aqui previstas.

5.2 Objectivos

A definição de objectivos tem de ter em conta a avaliação do contexto sociocultural em que a instituição se insere, verificando-se grande procura da Escola por parte de potenciais alunos com níveis etários e perfis muito diversos, o que coloca novos desafios a curto e médio prazo.

Para satisfazer as novas exigências, diversificando a oferta educativa, é necessário manter, e até aprofundar, as parcerias com a Autarquia, com serviços locais e regionais e com empresas e associações da zona. Porém, existem alguns constrangimentos que poderão dificultar a implementação de determinadas estratégias de melhoria, como sejam a actual falta de pessoal não docente e o programa de requalificação do parque escolar, com incidência a partir do Verão de 2009.

Em todo o caso, como foi reconhecido pela IGE, existem atributos da Escola e da sua estrutura organizativa que são facilitadores da consecução dos objectivos do PE, como sejam (a) a articulação com a comunidade envolvente, (b) a imagem e credibilidade da Escola, (c) o clima de segurança e bem-estar, (d) a motivação do pessoal docente e não docente e (e) os mecanismos de prevenção e detecção do abandono escolar.

5.3 Estratégias de Melhoria

Os compromissos de melhoria, expressos, em cada ano, através do Plano de Actividades (PA), constituem responsabilidade da Escola, mas implicam também o apoio das estruturas autárquicas e dos serviços regionais e centrais do Ministério da Educação (ME).

Neste momento existem constrangimentos quanto aos espaços disponíveis, à organização das turmas, à forma como se prestam os apoios e outros serviços, constrangimentos esses que irão agudizar-se face à grande intervenção externa que as estruturas físicas da ESPAN irão sofrer durante o ano lectivo de 2009/10.

A Escola não poderá ultrapassar com eficiência esses constrangimentos se não puder exercer efectivamente competências de autonomia para se organizar internamente da maneira que considera mais eficaz.

Um contrato de autonomia a estabelecer com os Serviços de Administração Central será de todo desejável, mas apenas após as grandes obras de requalificação do parque escolar.

Indicam-se algumas opções estratégicas gerais que são fundamentais para a operacionalização posterior das estratégias de melhoria:

- Diminuição do número de alunos por turma.

- Inclusão dos apoios dos alunos a partir do 7ºano no horário dos professores do ano seguinte.
- Aprofundamento da sequencialidade entre os ciclos de aprendizagem.
- Libertação de um bloco de 90m, para além das terças feiras, para reuniões.

5.4 Avaliação

O plano de acção só pode ser aperfeiçoado se a monitorização de processos e a avaliação de resultados forem executados de forma sistemática.

Um primeiro momento de avaliação ocorre no final de cada actividade, sendo feita em diferentes níveis de registo pelos diferentes responsáveis (professor, departamento, órgão executivo, etc.).

Um segundo momento de avaliação ocorrerá no final de cada ano lectivo. As avaliações anuais de acompanhamento da implementação das estratégias de melhoria permitirão saber de que modo se realizaram as acções previstas, quais os aspectos mais significativos dos procedimentos e quais os progressos realizados. Esta informação pode ser conseguida através de questionários, entrevistas aos responsáveis, análise de documentos, análise de relatórios, observação das práticas pedagógicas, aferição intermédia dos resultados dos alunos, classificações finais e exames. Os principais responsáveis (Coordenadores de Directores de Turma, Coordenadores de Departamento, Coordenadores de Projectos, Conselho Pedagógico, Conselho Executivo), a partir dos resultados destas avaliações, devem tirar consequências, dentro das suas competências específicas, no que respeita à aplicação das medidas a tomar no ano seguinte, corrigindo-se os procedimentos menos adequados.

No final do período vigente do PE, através do recurso a instrumentos adequados (questionários e entrevistas) e técnicas de análise apropriadas (quantitativas e qualitativas), determinar-se-á a relação entre os objectivos e os resultados alcançados, bem como o mérito e valor desses objectivos para a comunidade educativa, permitindo, conseqüentemente, continuar ou reformular os objectivos do PE. As estatísticas podem ser muito úteis, como instrumentos objectivos, sobretudo se atenderem aos diferentes campos de análise de uma escola de qualidade e forem bem interpretadas, pelo que é fundamental a escolha dos indicadores.

Entre outros apoios, a Escola necessita que o ME forneça dados estatísticos, nacionais e regionais, sobre os resultados dos alunos, para comparação e referência, o que só é feito parcialmente com os resultados dos exames. Considera-se também fundamental a publicação de um conjunto de indicadores de qualidade, o qual, em termos de avaliação interna das escolas, não foi ainda apresentado.

PLANO DE ACÇÃO (ver Nota Final)

A. Domínio RESULTADOS

| OBJECTIVOS | PROPOSTAS DE ACÇÃO | MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO |
|---|---|--|
| <p>A.1 Aumentar a confiança na avaliação interna e nos resultados.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Aplicar testes de aferição, em todas as disciplinas, salvaguardando casos específicos como, por exemplo, as áreas curriculares não disciplinares. ● Analisar, no grupo disciplinar, os resultados dos <ul style="list-style-type: none"> - testes - testes de aferição - exames ● Comparar, no grupo disciplinar, os resultados obtidos pelas diferentes turmas, por ano/disciplina. | <p>■ Relatório ^[1]</p> <p>(Auto-avaliação do desempenho do professor; Representante do grupo disciplinar; Coordenador do Departamento; DT e CDT; Coordenador de Projecto; Coordenador do Plano de Formação; Coordenador do OQE; Coordenador do SPO e CE).</p> |
| <p>A.2 Aumentar o sucesso escolar.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Consolidar a elaboração de PCT's nos Ensinos Básico e Secundário, definindo estratégias de melhoria dos resultados escolares, após identificação dos elementos determinantes do insucesso escolar. ● Adoptar, nas actividades lectivas, metodologias diversificadas que potenciem aprendizagens significativas. ● Aplicar dinâmicas de trabalho colaborativo. ● Implementar o sistema de parcerias em actividades curriculares, sobretudo nas disciplinas/turmas com maior taxa de insucesso. ● Valorizar a utilização do Centro de Recursos como espaço educativo. ● Garantir os APA's aos alunos abrangidos pelo <u>D.L. nº3/2008</u>. ● Desenvolver actividades que permitam a integração dos alunos de PLNM (Disp. Norm. nº 7/2006 e 30/2007). ● Desenvolver projectos, nas várias áreas curriculares, no âmbito do Plano Nacional de Leitura. | <p>■ Reflexão, em grupo disciplinar, sobre os resultados, tendo em vista a adequação das práticas.</p> <p>■ Observação de aulas.</p> <p>■ Reflexão em Conselho de Turma sobre a adequação das estratégias definidas ao contexto da turma.</p> |

[1] a) A periodicidade depende da estrutura em causa, sendo, por exemplo, anual para a direcção de turma e bienal para a avaliação do desempenho do professor.

b) Um relatório global será obrigatório no final da vigência de cada PEE, ou seja, correspondente a um período de quatro anos.

c) A comissão de auto-regulação da Escola (estrutura a criar) definirá os instrumentos necessários para a obtenção de dados e procederá às análises adequadas.

d) Com o aprofundamento dos processos de avaliação interna das estratégias e dinâmicas adoptadas pelas estruturas de gestão pedagógica, os relatórios dos responsáveis tenderão a ser menos descritivos.

Usando instrumentos e técnicas adequados podem estabelecer-se correlações significativas entre diferentes factores e, a partir daí, tirar ilações para ajustar procedimentos. É, por isso, necessário que quer a Escola quer os serviços responsáveis do ME conjuguem esforços para que a auto-regulação seja uma realidade.

e) A avaliação do desempenho do professor só terá significado em articulação com a avaliação interna e a avaliação externa da Escola.

| | | |
|--|--|--|
| <p>A.3 Manter a eficácia das estratégias para a prevenção e diminuição do abandono escolar.</p> <p>A.4 Melhorar a disciplina e o clima relacional dentro da sala de aula</p> <p>A.5 Melhorar a disciplina e o clima relacional fora da sala de aula, aumentando a participação dos alunos nas questões que lhes dizem respeito.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Executar as actividades previstas no PAM. ● Manter as salas de estudo (SE) monodisciplinares, sobretudo na disciplina de Matemática. ● Manter a sala multidisciplinar de apoio aos alunos dos cursos nocturnos. ● Criar um espaço multidisciplinar de apoio e acompanhamento pedagógico (EMA) para os alunos do ensino básico, sobretudo para o 7º ano. ● Criar um espaço multidisciplinar de enriquecimento curricular (EME) para os alunos do ensino básico. ● Rentabilizar a plataforma Moodle, abrangendo um maior número de turmas e de áreas curriculares. ● Acompanhar o percurso escolar dos alunos (DT e/ou professor tutor). ● Acompanhar a situação dos alunos em risco de abandono escolar (CT e outros intervenientes no processo educativo _ NEE, SPO, GAIA). ● Analisar com os EE e os alunos formas de ultrapassar as dificuldades detectadas, eventualmente, com recurso aos serviços de apoio psicológico, apoio pedagógico para recuperação e ofertas alternativas de formação. ● Estabelecer e manter normas consistentes de convivência na sala de aula, com responsabilidade do professor e do conselho de turma. ● Estabelecer, na sala de aula, um clima de relações de respeito, equidade, confiança e solidariedade. ● Analisar, com os alunos, a importância das normas constantes do RI e do seu cumprimento (DT). ● Analisar, com os pais e os alunos, as relações interpessoais desrespeitadoras das normas de convivência (DT). ● Analisar, com os alunos, as relações interpessoais desrespeitadoras das normas de convivência (GAIA). ● Adoptar o regime de parceria pedagógica nas turmas com maior indisciplina. ● Realizar reuniões com os representantes de alunos e CE para tratar de questões concretas sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Comportamento e disciplina fora da sala de aula; - Participação cívica. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Reflexão^[2] sobre as actividades das SE, EMA, EME e APA, e da sua relação com a frequência dos alunos, com a melhoria do desempenho escolar e com o índice de satisfação dos alunos (apurado através da aplicação de questionários). ■ Análise dos dados do OQE/ Comissão de Auto-Regulação sobre as causas do abandono escolar. ■ Observação de aulas. ■ Análise em CT das ocorrências e da eficácia das medidas propostas. |
|--|--|--|

[2] Esta reflexão pode ser feita em grupo disciplinar e pela estrutura coordenadora destas actividades.

| | | |
|--|--|--|
| <p>A.6 Aumentar a participação e o desenvolvimento cívico dos alunos, pais e pessoal não docente na elaboração dos documentos estratégicos da Escola, PEE e PAA.</p> <p>A.7 Valorizar o mérito quer a nível académico, quer a nível dos valores.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Atribuir responsabilidades concretas na vida da Escola a grupos de alunos, após a assunção prévia de regras e compromissos entre aqueles e o CE. ● Realizar reuniões mais frequentes do CE com os representantes dos alunos, pais e encarregados de educação e pessoal não docente ● Aplicar questionários ou entrevistas, com directa responsabilidade do CE e da Comissão de auto-regulação, para avaliar necessidades e expectativas. ● Instituir Quadros de Valor e Excelência (QVE's): <ul style="list-style-type: none"> ○ Resultados académicos ○ Desempenho em provas desportivas ○ Produção de obras literárias/artísticas ○ Participação em projectos científicos orientados para alunos, de âmbito nacional ou internacional. ○ Participação em projectos de solidariedade ○ (...) ● Realizar, no dia do Patrono, eventos dedicados a reconhecer publicamente o mérito dos alunos dos QVE. ● Incentivar os parceiros da sociedade local a reconhecerem o mérito e o valor dos alunos, pela atribuição de prémios (bolsas, estágios, equipamentos desportivos, material escolar e outros) ● Conhecer o percurso dos alunos, quer dos cursos profissionais, quer do ensino regular, após terem saído da Escola. ● Incentivar a criação de uma Associação de Antigos Alunos. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Avaliar o cumprimento dos compromissos. ■ Reflexão sobre necessidades e expectativas. ■ Aplicação do regulamento pelo júri competente. ■ Análise, pelos diferentes órgãos da Escola, dos resultados da aplicação de questionários a alunos, professores, pais e outros membros da comunidade local, divulgados pela comissão de auto-regulação. |
|--|--|--|

B. Domínio PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

| OBJECTIVOS | PROPOSTAS DE ACÇÃO | MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO |
|---|--|--|
| <p>B.1 Aumentar o trabalho cooperativo de professores.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Intensificar em grupo disciplinar a discussão sobre as práticas lectivas e os resultados dos alunos. ● Elaborar instrumentos de diagnóstico e instrumentos de aferição interna. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Reflexão, em grupo disciplinar, sobre as estratégias e os resultados tendo em vista a adequação das práticas. ■ Actas do Conselho de Grupo. ■ Documentos produzidos. |

| | | |
|--|---|---|
| <p>B.2 Melhorar a diferenciação e os apoios aos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educativas especiais.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Integrar os apoios dos alunos no horário do ano seguinte do professor da turma, sempre que se trate de casos previamente sinalizados e que necessitem de apoio continuado. ● Diferenciar e orientar os apoios do 7º ano para: <ul style="list-style-type: none"> . Sala de estudo monodisciplinar; . Sala de estudo multidisciplinar; . Apoio individual ou em pequeno grupo, a leccionar, se possível, pelo professor da turma. ● Integrar os apoios dos alunos dos 8º e 9º anos, se possível, no horário do próprio professor. ● Proceder ao diagnóstico, visando a constituição de turmas de nível de proficiência linguística (iniciação e intermédio), de acordo com os Desp. 7/2006 e 30/2007. ● Alargar, através da plataforma Moodle, a aplicação de actividades de apoio aos alunos com dificuldades. ● Atribuir as turmas que integrem alunos com PLNM no 3º ciclo do EB (grupos de nível de proficiência linguística: iniciação e intermédio) a professores de português que leccionem nessa turma a área curricular não disciplinar - Estudo Acompanhado. ● Atribuir as turmas que tenham maior taxa de insucesso na disciplina de Matemática a professores que leccionem nessa turma a área curricular não disciplinar - Estudo Acompanhado. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Avaliação diagnóstica, formativa e sumativa a cargo do professor da respectiva disciplina. |
| <p>B.3 Promover actividades de enriquecimento curricular.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Criar, através da plataforma Moodle, actividades de enriquecimento, no âmbito da Língua e Cultura Portuguesa, para alunos de nível de proficiência avançado - PLNM. ● Manter um bloco de apoio semanal em modalidade de frequência presencial para alunos dos cursos nocturnos - PLNM. ● Criar, através da plataforma Moodle, actividades de enriquecimento nas diferentes áreas curriculares. ● Realizar visitas de estudo a Universidades, Centros de Investigação, Museus, Centros de Cultura, Exposições Temporárias, etc. ● Apoiar o Centro de Recursos na dinamização de actividades de enriquecimento curricular e cultural. ● Manter a realização de actividades desportivas interturmas. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Reflexão^[3] sobre as actividades das SE, EMA, EME e APA, e da sua relação com a frequência dos alunos, com a melhoria do desempenho escolar e com o índice de satisfação dos alunos (apurado através da aplicação de questionários). |

[3] Esta reflexão pode ser feita em grupo disciplinar e pela estrutura coordenadora destas actividades.

| | | |
|---|--|--|
| <p>B.4 Valorizar a educação para a cidadania.</p> <p>B.5 Aumentar a participação dos Pais e EE nas actividades da Escola.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Realizar conferências, debates e exposições guiadas, em que os alunos sejam chamados a desempenhar tarefas de organização. ● Desenvolver actividades no âmbito da “Educação Para a Saúde”, proporcionando, entre outras, acções de prevenção de comportamentos de risco. ● Diversificar a oferta de “clubes” e “núcleos” de interesses (Ex. Desporto Escolar), em que os alunos possam assumir tarefas de organização e partilha de responsabilidades. ● Promover a Educação Ambiental. ● Favorecer o desenvolvimento das competências de informação. ● Solicitar a colaboração dos Pais e EE para as actividades a realizar no âmbito das áreas curriculares não disciplinares ou de actividades extracurriculares, no âmbito dos clubes e núcleos. ● Informar os Pais e EE da turma sobre as actividades de divulgação, no âmbito da área de projecto e/ou de núcleos de interesse, em que os seus educandos participem. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Avaliar o índice de interesse através de questionário a preencher pelos assistentes no final da sessão (conferência/ debate ou visita) ou pelos visitantes da exposição. ■ Divulgação e avaliação das actividades realizadas e do interesse que suscitaram. ■ Actividades de divulgação e grau de envolvimento dos alunos. ■ Frequência e índice de interesse / satisfação. |
|---|--|--|

C. Domínio **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR**

| OBJECTIVOS | PROPOSTAS DE ACÇÃO | MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO |
|--|--|---|
| <p>C.1 Melhorar as condições de prestação do serviço educativo.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Propor a criação de ^[4] : <ul style="list-style-type: none"> - gabinetes devidamente equipados para os professores executarem as tarefas no âmbito do grupo disciplinar, do departamento, da direcção de turma, de grupos de trabalho de projecto; - espaços necessários para a prestação dos apoios educativos aos alunos; - espaços para o funcionamento de “clubes” e “núcleos”, envolvendo alunos, professores e outros membros da comunidade educativa; - salas com equipamento tecnológico adequado à realização de aulas diversificadas. ● Organizar, no âmbito das competências de autonomia da escola: <ul style="list-style-type: none"> - horários de professores e alunos que tornem exequível o apoio diferenciado aos alunos; - horários de professores que tornem exequível o trabalho cooperativo dos professores, na planificação e na análise de estratégias e resultados. | <ul style="list-style-type: none"> ■ |

[4] Propostas a desenvolver no âmbito das obras de requalificação do Parque Escolar, dependentes do ME.

| | | |
|---|---|---|
| <p>C.2. Aumentar os recursos para a realização de actividades lectivas diversificadas.</p> <p>C.3 Aumentar os recursos humanos, em termos de pessoal não docente</p> <p>C.4 Promover o desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente.</p> <p>C.5 Promover a diversificação de percursos formativos e de qualificação profissional</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Constituir, adequada e atempadamente, equipas formativas para os cursos EFA's, CEF's e Cursos Profissionais. ● Facultar o acesso à utilização das TIC nas actividades lectivas das diferentes disciplinas. ● Assegurar, pese embora a imposição de limitações externas , um quadro de pessoal não docente que permita manter condições normais e razoáveis de trabalho para os próprios e, em simultâneo, permita um apoio eficaz à prestação do serviço educativo. ● Organizar os recursos humanos disponíveis de acordo com as necessidades. ● Manter funcionários de apoio às instalações específicas, nomeadamente laboratórios, biblioteca e pavilhão gimnodesportivo, com as capacidades inerentes ao desempenho das funções. ● Elaborar um PFI (Plano de Formação Interna), ajustado às necessidades e expectativas de formação. ● Privilegiar a formação contínua em contexto de trabalho criando espaços e momentos de divulgação e debate. ● Constituir / divulgar uma bolsa interna de formadores, a partir dos recursos humanos existentes na Escola. ● Interligar o trabalho dos Núcleos de Estágio com o plano de actividades do grupo disciplinar e o PAA. ● Adequar a oferta de Escola para os Cursos Profissionais, EFA's (básico e secundário) e CEF's, às necessidades do meio. | <ul style="list-style-type: none"> ■ Reflexão sobre as necessidades/dificuldades e procura de soluções adequadas. ■ Frequência nas acções de formação solicitadas ao CF (Centro de Formação), ou disponibilizadas pelo CF. ■ Frequência e índice de interesse / satisfação em acções internas. ■ Análise de necessidades e expectativas |
|---|---|---|

D. Domínio **LIDERANÇA**

| OBJECTIVOS | PROPOSTAS DE ACÇÃO CE | MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO |
|--|---|-------------------------|
| <p>D.1 Melhorar os fluxos de comunicação das políticas internas que sustentam estrategicamente as diferentes vertentes de actuação e de responsabilidade da Escola:</p> <p>- Fluxos verticais ascendentes e descendentes</p> <p>- Fluxos horizontais</p> <p>D.2 Aumentar as parcerias, protocolos e projectos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Criar espaços de divulgação bem identificados. ● Assegurar a divulgação eficaz dos documentos da Escola - PEE, PAA e RI. ● Facilitar a comunicação, rentabilizando os recursos existentes na Escola: <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de listas de correio electrónico (professores, representantes de grupo, coordenadores, DT's, CE, secretaria, etc.); - Criação, através da plataforma Moodle, de canais de comunicação para a divulgação dos documentos estratégicos e de outras informações/decisões consideradas relevantes para a actividade da Escola; - Divulgação, através da plataforma Moodle, de informação relevante, sobre a avaliação do desempenho dos professores (Comissão de Coordenação da Avaliação do Desempenho). ● Desenvolver iniciativas que permitam a participação da Escola em projectos nacionais e internacionais, para além daqueles em que já participa (Rede Nacional das Bibliotecas Escolares, Plano Nacional de Leitura, etc.). ● Estabelecer contratos / protocolos com Empresas, Universidades e/ou Centros de Investigação. ● Realizar encontros com responsáveis de empresas da região, para discutir estratégias de formação e empregabilidade dos alunos dos cursos profissionais. ● Alargar a rede de parcerias com empresas e associações locais para a realização de estágios e <i>prática simulada</i>, nos cursos profissionais. ● Candidatar a ESPAN a Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. | <p>■</p> |

E. Domínio **AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA**

| OBJECTIVOS | PROPOSTAS DE ACÇÃO | MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO |
|---|---|--|
| <p>E.1 Aumentar a eficácia dos processos de auto-regulação nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados - Prestação do Serviço Educativo - Organização e Gestão Escolares - Liderança | <ul style="list-style-type: none"> ● Assegurar o funcionamento de uma comissão de auto-regulação para melhorar: <ul style="list-style-type: none"> - a recolha, o tratamento e divulgação da informação à comunidade educativa; - os mecanismos de avaliação interna, usando instrumentos adequados para a recolha de informação e técnicas apropriadas para o seu tratamento. ● Estabelecer um protocolo de colaboração com um Centro de Investigação Universitário, visando a formação específica para as funções exigidas. ● Recorrer a uma empresa de auditoria externa para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Escola. ● Utilizar os resultados da auto-avaliação ^[5] nos diferentes domínios, para ajustar a organização escolar e as práticas profissionais. ● Envolver activamente a comunidade educativa na definição de planos de acção para a melhoria da Escola. | <p>■ Relatório [6], no final do período de vigência do PE.</p> <p><i>As diferentes estruturas da Escola reflectem sobre as suas práticas. Essa reflexão deve constar dos relatórios dos seus responsáveis.</i></p> |

[⁵] Estes resultados são obtidos directamente pelas diferentes estruturas de orientação educativa ou fornecidos pela Comissão de Auto-regulação / Observatório de Qualidade da Escola.

[⁶] Este relatório deve ser divulgado e discutido por todos os agentes da comunidade educativa, no sentido de se motivarem para a aplicação dos novos planos de acção e a obtenção de resultados de melhoria.

Nota Final:

Para concretizar os objectivos formulados o Plano de Acção prevê acções específicas. Porém, faz-se notar que as propostas apresentadas não são exaustivas, pelo que o Plano Anual de Actividades operacionalizará estas e outras propostas da comunidade educativa, visando a prossecução das finalidades e metas deste projecto educativo.